

# Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de *O Farol Paulistano* (1827-1831)

Marisa Midori Deaecto\*

## Introdução

A história de nossa imprensa se inicia de forma enviesada, com tropeços e solavancos, coincidindo com o próprio processo de emancipação do país. Sobre a partida dos tipos móveis do porto de uma Lisboa ameaçada pelas tropas de Junot à sua chegada na costa do Rio de Janeiro, muita tinta se gastou. Desse episódio, cumpre registrar que a regulamentação da atividade tipográfica, pelo decreto de 13 de maio de 1808, constituiu-se como importante marco na história de um povo que veio a conhecer o direito de produzir seus próprios impressos com sensível atraso em relação aos vizinhos de língua hispânica.<sup>1</sup>

Reza o documento assinado pelo então regente D. João que a iniciativa buscava atender “à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados”. Além disso,

sou servido que a casa onde se estabeleceram sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam

---

\* Doutora em História-FFLCH-USP. Autora de *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*, São Paulo, Editora Senac, 2002. Atualmente se dedica à história do livro e da imprensa paulista.

<sup>1</sup> Enfrentando os obstáculos da censura e as dificuldades de aquisição de tipos e de papel, que não eram produzidos na América, os povos de língua hispânica conheceram relativamente cedo o periodismo: no México, em 1722; na Guatemala, em 1729; em Lima, em 1743; no Peru, em 1805; em Havana, em 1782 e assim por diante. cf. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822*. Com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. fac-símile. São Paulo, Imesp, 1988, p.113.

*exclusivamente* toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras Obras (...).<sup>2</sup>

Além de corresponder a uma exigência de natureza burocrática, qual seja, a de fazer imprimir papéis régios, o decreto estendia o uso da Impressão Régia para a produção de “todas, e quaesquer outras Obras”. A tomar pelo levantamento bibliográfico apresentado por Ana Maria de Almeida Carmargo,<sup>3</sup> não é difícil concluir que a Impressão Régia passou a responder a uma demanda crescente da sociedade brasileira – ou, ao menos, de uma fração desta – pela produção de livros. Lembremos que até aquela data as edições de autores nacionais eram realizadas não raro via Portugal. E o acesso ao livro só era possível via importação direta com os livreiros da metrópole ou pela prática do contrabando.<sup>4</sup>

Esse mesmo decreto repercutiu de forma positiva na difusão de um artigo menos nobre, material perene, de fácil

---

<sup>2</sup> *apud. Bibliografia da Impressão Régia*. Organizada por Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Edusp; Kosmos, 1993, p.XVII. [grifos meus]. Curiosamente, a citação do mesmo documento realizada por Carlos Rizzini não faz menção ao trecho grifado.

<sup>3</sup> No primeiro volume, relativo às “disposições legais de rotina”, foram inventariados 1.429 títulos. No segundo, relativo às “leis, alvarás, decretos, cartas régias e demais espécies” foram inventariados 720 títulos, no período de 1808 a 1821. *cf.* CAMARGO, Ana Maria de Almeida, “Dos Annaes da Imprensa Nacional à Bibliografia da Impressão Régia”. In: *Bibliografia da Impressão Régia, op. cit.*, pp.XIII-XV.

<sup>4</sup> Desde o final do século XVIII há registros de comércio regular de livros na cidade do Rio de Janeiro, com o estabelecimento de profissionais voltados para esta área e de outros, que incluíam este artigo no rol de mercadorias negociadas nas chamadas “vendas” e “armazéns”. É provável que o mesmo tenha existido nessa mesma época em outras cidades, tendo-se, inclusive, notícias de um livreiro em Vila Rica. Todas estas informações foram sistematizadas por MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, pp. 39-49. Seguindo as trilhas do autor, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre esta temática, ampliando não apenas o rol de títulos que circulavam na Corte neste período, bem como lançando questionamentos sobre as práticas de leituras na sociedade carioca de antanho.

circulação, baixo custo de produção e grande demanda: o jornal. A imprensa política foi a maior beneficiada, o que se justifica pela conjuntura em que ela emergiu e pela liberdade de expressão que os formadores de opinião buscaram nos anos que antecederam à Independência e, sobretudo depois, durante o Primeiro Reinado.<sup>5</sup>

O que se observa, nessa primeira fase, é uma dispersão geográfica lenta e desigual das tipografias pelo território brasileiro,<sup>6</sup> o que nos leva a concluir que os tipos móveis apenas fizeram eco nas vilas e cidades que tiveram ou passaram a ter alguma projeção na vida política e econômica nacional. Assim ocorreu em Salvador e no Recife, onde as primeiras tipografias foram instaladas em 1811 e 1817, respectivamente. O mesmo podendo-se observar em Belém, cuja primeira tipografia foi instalada em 1821, sob o influxo da Revolução do Porto e do movimento de Independência.

Caso notório é o do jornalismo carioca, que promove verdadeira revolução impressa nos anos de 1820. Entre folhas oficiais e oficiosas, elogios e insultos, alguns títulos caracterizados por certa continuidade, outros não sobrevivendo aos primeiros números, o que se pôs em cena, sobretudo nos momentos decisivos da política nacional, foi o poder da palavra impressa. Na época da Independência,

---

<sup>5</sup> Na verdade, o período joanino não teve grande significado do ponto de vista da difusão das tipografias e, conseqüentemente, do material impresso. O que não ocorre nos anos de 1820, momento em que se consolida o processo de emancipação política do Brasil. Ao contrário da política restritiva de seu pai, D. Pedro I, inicia uma nova fase do periodismo nacional: promove a liberdade de imprensa, a instalação de novas oficinas tipográficas e de livrarias. “É graças a essa liberdade que existiu” – comenta Caio Prado Jr. – “ampla e sem peias nessa época, que os brasileiros puderam ficar ao par do movimento democrático que surgia em Portugal, lutar contra o absolutismo e estabelecer uma política que lhe permitiu progredir rapidamente”. PRADO JR., Caio. “Introdução”. In: *O Tamoyo (1823)*. Coleção fac-similar de jornais antigos. Direção de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944, p.X.

<sup>6</sup> Desconhecemos um estudo sistematizado da dispersão das tipografias no Brasil, no período em questão. Nossos comentários se pautam no levantamento de Carlos Rizzini e na publicação *História da tipografia no Brasil*. São Paulo, Masp; Secretaria da Cultura e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.

circularam com regularidade, expondo diferentes pontos de vista, o *Malagueta* (1821), do português Luiz Augusto May; o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1822), de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa; *O Tamoio* (1823), fundado pelos Andradas; a *Sentinela da liberdade à beira do mar da Praia Grande* (1823), de José Estevão Grondona, dentre outras folhas de renome.<sup>7</sup>

Os títulos assinalados correspondem à primeira fase do jornalismo político brasileiro, cujos porta-vozes gozaram da lei de liberdade de imprensa, assinada pelo regente D. Pedro, em 1821, em meio ao entusiasmo provocado pelo juramento da Constituição liberal, em Lisboa.<sup>8</sup> Uma segunda fase nos interessa de modo particular, situando-se no período de 1827 a 1831, quando se intensificam os atritos entre o Imperador e os nacionalistas liberais, até a crise terminal do regime. Como primeiro sintoma da disputa entre o governo e a opinião pública há as fissuras abertas entre membros da Câmara dos Deputados e D. Pedro I, após a abertura da primeira legislatura (1826). Oposicionistas e governistas perfilam nos jornais acusações e intrigas, que fazem emergir todo o vigor da imprensa da época e uma faceta muito pouco explorada do monarca, a saber, sua atividade como jornalista.<sup>9</sup> Nesse momento, a palavra impressa se espalha por outras províncias do país, desenhando – ironia da História! – uma unidade territorial tão sofregamente defendida pela Coroa.

A cidade de São Paulo se insere nessa complicada cartografia da dispersão das tipografias apenas em 1827, ou

<sup>7</sup> cf. DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo, Edunesp, 2006.

<sup>8</sup> Aviso do Príncipe Regente datado de 28 de agosto de 1821: “Tomando S. A. Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontre os autores ou editores inesperados estornos à publicação dos escritos que pretenderem imprimir: É o mesmo Senhor servido mandar que se não embarace por pretexto algum a impressão que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objecto”. *apud*. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil...*, *op. cit.*, p.329.

<sup>9</sup> VIANNA, Hélio. *D. Pedro jornalista*. São Paulo, Melhoramentos, 1967.

seja, no contexto de crise das instituições do Estado e de consolidação de alguns setores das elites locais na cena política brasileira. Antes, porém, a cidade contou com o aparecimento de um tipo pitoresco de imprensa, feita por obra de amanuenses. Estas e outras questões serão brevemente tratadas na próxima seção, quando pretendemos discutir a relação entre imprensa e cidade, para, enfim, situar nosso personagem, José da Costa Carvalho, na sociedade de dantes.

### **A imprensa e a cidade nos anos de 1820**

No início da década de 1820, a cidade de São Paulo não contava com mais de 20.000 habitantes. A área urbana era delimitada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, na qual se distribuíam suas “23 ruas, 10 travessas e 6 becos”.<sup>10</sup> Os moradores do núcleo urbano não usavam ostentar luxos, nem grandes afetações da vida burguesa. Assim a rotina na capital planaltina transcorria de forma pacata e silenciosa, de molde a provocar certo estranhamento por parte de alguns viajantes que a conheceram naqueles tempos. A propósito, vale a pena registrar com que espanto Wilhelmine Langsdorff, que acompanhava o esposo na célebre expedição científica que leva seu nome, anota em seu diário, na noite de 24 de abril de 1826: “Quem poderia acreditar que a sede de São Paulo fosse tão deserta e morta?”.<sup>11</sup>

Esse silêncio não poderia nem mesmo ser quebrado pelos estalos das prensas tipográficas. Como vimos, elas tardaram a chegar na capital! Antes, circulavam os jornais vindos da Corte.

Notícias há da censura, por ordem de D. João VI, em 1818, do libelo *O Português*. O mesmo rei ordenaria, em 1819, a apreensão de todos os exemplares de *Campeão* ou *Amigo do Rei e do Povo* em toda a província, prova de que as gentes do

---

<sup>10</sup> D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Martins, 1953, p.35.

<sup>11</sup> *Os diários de Langsdorff*. Organizado por Danuzio Bernadino da Silva. Campinas, Associação Instituto de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999, v.1, p.28.

velho burgo não andavam tão silenciosas como deixa entrever Madame Langsdorff. Teriam por certo circulado exemplares de *O Tamoio*, de autoria dos irmãos Martim Francisco e José Bonifácio, periódico impresso no Rio de Janeiro, que marcava a histórica cisão do Imperador com o Patriarca da Independência.

Na época da Independência esse silêncio foi, por um curto período, quebrado pela Bernarda de Francisco Inácio, movimento que trouxe à cena pública duas importantes facções locais em disputa pelo poder.<sup>12</sup> Uma leitura cuidadosa do Auto de Devassa da Bernarda<sup>13</sup> fez transparecer o quão incipiente era o nível intelectual de seus implicados, na maior parte, “grandes proprietários”, “agentes sociais pertencentes à elite intelectual”. Quando não eram completamente “analfabetos”, segundo conclusão de Arnaldo D. Contier, suas idéias se esboçavam nos documentos “através de uma redação imprecisa, repleta de erros gramaticais e ortográficos, denunciando o semi-analfabetismo da elite intelectual que manejava o poder

<sup>12</sup> Em 1821, foi organizado o governo provisório chefiado pelo ex-Capitão-General João Carlos Augusto Oyenhausen. Nesse período, a composição política de São Paulo havia se dividido em duas facções: uma chefiada pelos Andradas, que funcionava como oposição e a outra, da qual participava Oeynhausen, fiel ao Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz. A cisão atingiu dimensão sediciosa em 23 de maio de 1822, no evento que ficou conhecido como Bernarda de Francisco Inácio. Nesta data, as tropas da milícia marcharam em direção ao Largo de São Gonçalo com o intuito de depor Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que acabara de assumir a presidência do governo, após Oyenhausen ter sido chamado à Corte. As vilas da província foram atingidas pela confederação, que atingiu perigoso impasse a 16 de julho, quando tropas da Corte, lideradas pelo Marechal José Arouche de Toledo Rendon entraram em São Paulo. Diante desse quadro crítico, D. Pedro foi chamado à capital e este episódio culminou no 7 de setembro. *cf.* WERNET, Augustin, “O processo de Independência em São Paulo”. *In: 1822-Dimensões*. Organizado por Carlos Guilherme Mota. São Paulo, Perspectiva, 1986, pp.340-354.

<sup>13</sup> “Devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, 1906, pp.393-480.

<sup>14</sup> Tais conclusões foram reforçadas por meio da análise dos mapas eleitorais da cidade, no período de 1822 a 1842. *cf.* CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1979, pp.238-239.

político local”.<sup>14</sup> Fato agravante, o reconhecimento das facções e de suas bandeiras ideológicas se davam menos por mecanismos racionais de discernimento dos jogos da política (a leitura de jornais, por exemplo), do que pela prática cotidiana do “ouvir dizer”.

Igual impressão de uma sociedade carente de recursos de natureza intelectual ou cultural se revela por alguns dados estatísticos produzidos por seus contemporâneos. Nesse aspecto, os estudos de demografia histórica têm muito a nos dizer. Ao comparar a “repartição da população livre por atividades produtivas” entre os anos de 1776, 1798 e 1836, Maria Luíza Marcílio apresenta alterações significativas nos setores de profissões liberais e da administração civil. Comparando os dados dos censos de 1776 e 1836, observa-se aumento de profissionais liberais em 4 de 6 atividades recenseadas: advogados (6/22); cirurgiões e médicos (4/12); músicos (6/35); boticários (3/7); tabeliões (6/1); dizimeiros (2/-). Para a composição de profissionais do setor de administração civil, tem-se o seguinte quadro: escrivães (9/-); porteiros (1/5);<sup>15</sup> alcaldes (-/10); meirinhos (5/4); professores de primeiras letras (3/8); magistrados e funcionários (16/140); lentes (-/14).<sup>16</sup>

No recenseamento de 1835, Daniel Pedro Müller observa, em breves linhas, a presença de “1.009 pessoas que sabendo ler e escrever são aptas para serem empregadas”.<sup>17</sup> O que equivalia a 1/5 da população total da cidade! A estimativa é notavelmente otimista, e pode apresentar algum exagero – afinal, como confiar plenamente nos dados estatísticos elaborados naqueles tempos? – mas sugere a organização do corpo administrativo da capital. Por outro lado,

<sup>15</sup> Esta profissão designa a tarefa de um funcionário administrativo de repartição pública. Observemos que o salário do porteiro da Faculdade de Direito era de 33\$000 mensais, enquanto o vencimento do secretário de ofício foi fixado, em 1827, a 20\$000. cf. VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2a. ed. Brasília, INL; Conselho Federal de Cultura, 1977, tomo 1, p.30.

<sup>16</sup> MARCILIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos (1750-1850). São Paulo, Pioneira; Edusp, 1973, pp.130-131.

os dados demonstram maior participação de profissionais especializados no setor terciário. Além da presença expressiva de músicos recenseados, o que anuncia mudanças no ambiente cultural cidadão.

No que diz respeito à trajetória da imprensa na cidade, parece certo afirmar que a falta de tipografias e o estado de rarefação cultural não intimidaram por completo os jornalistas de plantão da cidade, de tal sorte que ficou registrado na história da imprensa paulista o aparecimento de uma folha pitoresca, realizada por obra de Antonio Mariano de Azevedo Marques, o “Mestrinho” (1797-1844) – poeta, historiador, lingüista, educador e funcionário público. Homem de espírito inventivo, elaborou o “Projeto-plano de um estabelecimento patriótico para suprir a falta de uma tipografia”, que resultou, seguramente em tom de protesto, no jornal manuscrito *O Paulista*, que fez circular em 1823, com o auxílio de 40 amanuenses por ele contratados. O projeto visava à divulgação de “idéias úteis e as luzes tão necessárias num país livre”. Atento aos insultos impressos que corriam na Corte e às intrigas perfiladas entre as facções políticas da província, advertia o redator:

Não se obriga a transcrever qualquer peça insultante, ou só tendente a satisfazer os ódios particulares, excepto no caso de ter inserido anteriormente alguma coisa que diretamente acuse a algum indivíduo, pois nesse caso obriga-se por este a inserir a resposta a essas acusações, em quaisquer termos que seja concebida.<sup>18</sup>

O ato de protesto tinha sua razão de ser. Afinal, era desonroso e contraditório o fato de uma capital, que havia sido palco do evento de maior vulto para o destino da nação,

<sup>17</sup> MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3a. edição fac-similada. São Paulo, Governo do Estado, 1978, p.51.

<sup>18</sup> Antonio Mariano de Azevedo Marques, “Plano para o estabelecimento de uma tipografia em São Paulo, 1823” (manuscrito). Maço C363/61 – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. *apud*. CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*, *op. cit.*, pp.36-37.



no celebrado 7 de setembro de 1822, e fora elevada à categoria de Imperial Cidade, em 1823, não ter um só estabelecimento tipográfico. O governo bem que se prestara a mandar da Corte não apenas maquinário, mas também mão-de-obra especializada para a execução dos trabalhos. A promessa não saiu dos régios papéis e, como assinalamos, a instalação da primeira tipografia da cidade ficou por conta de José da Costa Carvalho.

### **José da Costa Carvalho: homem de leis e de letras**

José da Costa Carvalho nasceu em Salvador, em 1796. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1819. Foi nomeado juiz de fora na capital paulista. Estabeleceu na cidade comércio de fazendas secas, na rua do Ouvidor, 34. Casou-se com Dona Genebra de Barros Leite, então viúva do Brigadeiro Luiz Antonio e herdeira da maior fortuna paulista daqueles tempos.<sup>19</sup> Fez parte da Regência Trina Permanente (17/06/1831 a 18/07/1833), foi nomeado diretor da Faculdade de Direito (1835-1836), ocupou a presidência da província de São Paulo no curto período de 20 de janeiro a 24 de agosto de 1842, quando eclodiu a revolta liberal.<sup>20</sup> Deve-se a ele a promulgação da lei de 04/09/1850, que extinguiu o tráfico de escravos. Em 1854 recebeu as ordens de Marquês de Monte Alegre. Faleceu na cidade de São Paulo, em 1860.<sup>21</sup>

A partir dessas breves notícias que nos dão conta seus biógrafos, somos levados a imaginar que pela vida de nosso personagem é possível reconstituir os principais momentos da história política brasileira no seu primeiro meio século. Todavia, interessa-nos apenas um recorte das atividades de José da Costa Carvalho como homem público, a saber, os primórdios de uma longa carreira como formador de opinião,

<sup>19</sup> cf. VIVEIROS, Maria Lucília de Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Tese. São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

<sup>20</sup> Sobre sua participação na revolta, cf. AZEVEDO, Aloisio. *A revolução liberal de 1842*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

<sup>21</sup> cf. AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado, 1980. [Verbete José da Costa Carvalho].

que se confundem com as origens da imprensa paulista.

O primeiro número de seu *O Farol Paulistano* saiu no dia 7 de fevereiro de 1827, impresso na Typographia Paulistana. A partir desta data, o libelo passou a ser publicado todas as quartas-feiras, ao preço de 80 réis. O expediente era apresentado em quatro páginas, havendo certa regularidade na organização das matérias. Na primeira página, o redator dissertava sobre questões internas da cidade e da província, não raro transcrevendo documentos oficiais atinentes ao tema em evidência. Como anuncia o autor no editorial de inauguração da folha – em redação que, como podemos notar nesta e noutras passagens, não prima pela correção (talvez por problemas na composição tipográfica):

Será nosso principal desvelo os interesses peculiares desta Província fexando muito particularmente nossas vistas sobre as rendas públicas (...).

Publicaremos os mais emportantes actos do Governo administrativo, e faremos nossas imparciaes reflexões, dando com larga mão os merecidos elogios ao muito recto e devellado Exmo. Presidente.<sup>22</sup>

Notícias estrangeiras passariam a compor pequeno espaço do jornal. Ao lado destas, notas, comentários, críticas, reflexões e reproduções de artigos de jornais da Corte versando sobre a política nacional. Ao final da folha, espaço para a seção de Anúncios.

A seção de Variedades apresenta um traço curioso, que vale a pena ser registrado. Nesta, eram publicadas anedotas, transcrições de passagens literárias, reflexões de caráter moral cujos temas se voltavam invariavelmente para questões sobre a liberdade, o direito das gentes, a democracia, enfim, os princípios defendidos pelo libelo. Em muitas ocasiões, o redator anunciava um texto em tom de conversa com o leitor, explicando, ele mesmo, o motivo da escolha de determinada passagem. Era como se o redator, consciente da dificuldade de atingir um público amplo com suas letras

---

<sup>22</sup> *O Farol Paulistano* (7/2/1827), p.2. Doravante assinalado com as iniciais *FP*.

impressas, recorresse à oralidade, incitando outros a fazerem o mesmo. Notemos na passagem abaixo que tudo se passa no nível da “conversa”: em primeira instância, do redator com o autor do conto (“quem mo narrou”) e, logo em seguida, do redator com o público:

*Ouvi há dias um conto, que não deixa de excitar algum interesse. Le Sage, Francez de grande sagacidade, foi quem mo narrou; e a pesar da repugnância que mostrou em apresentá-lo persistia em assegurar-me a sua veracidade. Seja como for, o conto agradou-me (...).*<sup>23</sup>

Ao proceder dessa maneira, o redator parecia incorporar não apenas o papel do formador de opinião, no sentido político do termo, mas de uma espécie de demiurgo, que trazia para as gentes comuns todo um conhecimento de difícil alcance naquelas circunstâncias de relativo isolamento em que vivia a urbe. Seu instrumento principal, os livros. E, de fato, ele os possuía a mancheias, em sua biblioteca.<sup>24</sup> Na maior parte, edições francesas. O gosto pela literatura produzida no Século das Luzes se fazia representar em suas diferentes gerações.<sup>25</sup>

Da “geração da Regência (1720)”, Montesquieu e suas *Lettres perses*, 2 v., em francês. Na verdade, o autor se faz presente com todo o conjunto de sua obra. A “geração da *Encyclopédie* (1750)” é representada por Voltaire, *Oeuvres complètes*, em 14 v., no original e Rousseau, cuja obra marca presença em 4 diferentes edições: *Nouvelle Heloise*, 6 v., em francês; *Heloise*, 4 v., tradução, em espanhol (!); e duas diferentes edições de *Oeuvres*, ambas em 2 v., em francês. Da “geração de Luís XVI, ou da arte de se consolar – dos cínicos

<sup>23</sup> FP, 7/3/1827, p.3. [grifos meus].

<sup>24</sup> A listagem dos livros foi publicada por Maria Lucília de Araújo Viveiros na tese citada. O inventário totaliza 301 volumes. Para uma análise mais detalhada do conteúdo deste inventário, cf. DEAECTO, Marisa Midori. *No Império das Letras: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista*. Tese. São Paulo, FFLCH-USP, 2005.

<sup>25</sup> Todas as referências às gerações que marcam a história literária do Setecentos francês foram extraídas de SAULNIER, V.-L. *La littérature du siècle philosophique*. Paris, PUF, 1958, várias páginas.

e sentimentais”, identificamos Choderlos de Laclos, *Oeuvres*, Gilbert,<sup>26</sup> obra vária de Dellille, inclusive sua tradução das *Geórgicas* de Virgílio, Raynal, *Le cathecisme universel* e, em Jurisprudência, Mably, *Oeuvres complètes*, em 12 v.

À “geração da Revolução Francesa (1790)”, pertencem Chateaubriand, *O gênio do cristianismo*, 9 v., citado em português, mas sem indicação segura do idioma.<sup>27</sup> E Madame de Staël (1766-1817), *Oeuvres de Littérature*, 2 v., no original e *Obras completas*, 17 v., em português.<sup>28</sup> Seu livro *Considérations sur la Révolution française* teve notável repercussão, foi publicado em 1818, tendo sido a edição preparada por Duc de Bruglier e barão de Staël. Em alguns dias, escreve Jacques Godechot, os 60.000 exemplares se esgotaram. Em seguida, o texto foi inserido na primeira edição de *Oeuvres Complètes*, que saiu em 1820, organizada por Bruglier. Na biblioteca da Faculdade de Direito consta uma edição de suas obras completas, em francês, organizada por Staël-Holstein [Paris: Firmin-Didot Frères, 1844, 17 v.].<sup>29</sup> Em São Paulo, seu nome figurou logo nos primeiros artigos da *Revista da Sociedade Filomática*, ao lado de Schiller e Goethe,

---

<sup>26</sup> Sobre o autor, escreve Brito Broca: “Um dos poetas mais lidos pelos nossos românticos, e cuja influência se denuncia em alguns deles (Lúcia Miguel Pereira assinala-a nas primeiras produções líricas de Machado de Assis) foi Gilbert. Seu grande prestígio teria vindo, do fato de encarar, como Chatterton, o tipo do poeta, vítima da sociedade, que não lhe reconhece o mérito e recusa-lhe o lugar devido no ‘banquete da vida’”. BROCA, Brito, “O que liam os românticos”. *Revista do livro*, 1959, ano IV, p.167.

<sup>27</sup> A marca de Chateaubriand se faz presente em todas as partes, na geração dos poetas cuja produção se inscreve no período de 1810 a 1830. No pré-romantismo vingou um tipo de sensibilidade que o autor francês denominou de *vague-à-l’âme*. cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*. São Paulo, Martins, 1959, tomo 1, p.287.

<sup>28</sup> Duvidamos de que se trate de uma edição traduzida. Não a identificamos nos catálogos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Bibliothèque national de France, tampouco nos acervos da USP.

<sup>29</sup> cf. STAËL, Mme. de. *Considérations sur la Révolution Française*. Oeuvre présentée et annotée par Jacques Godechot. Paris: Tallandier, 1983, p.32. As edições de suas obras completas saíram in-8 e in-12. Houve também uma edição compacta.

e Paulo Eiró a cita no prefácio ao drama *Sangue Limpo*, dirigido ao diretor da Faculdade de Direito, Antonio Joaquim Ribas.<sup>30</sup>

Na seção de obras históricas a livraria soma 52 títulos e 301 volumes. Dentre os títulos com idioma declarado, 61,5% são em francês e 19,2% em português, isto quer dizer que mesmo as obras de autores ingleses e italianos, assim como os textos antigos figuram em traduções. O interesse pela Antigüidade continua irretocável – 25% do acervo se destina aos livros de História Antiga. No mais, os títulos se distribuem, *grosso modo*, em História Moderna<sup>31</sup> e Contemporânea. Com apenas uma ressalva: os limites cronológicos informam muito pouco sobre o conteúdo do acervo, no qual predominam as histórias gerais, quase sempre volumosas, em que a unidade da nação prevalece sobre a divisão cronológica. Assim são:

*Histoire de France*, de Bysson (6 v.); *Résumé de l'histoire de l'Angleterre*, por Bodin (1 v.); *Histoire de l'Angleterre*, de Hume, tradução francesa (21 v.); *Beautés de l'histoire de l'Italie*, de M. Giraud (2 v.); *Histoire des républiques italiennes*, de Sismondi (16v.); *Histoire florentine*, de Machiavel (2 v.); *História de Portugal Restaurado*, de dom Luis de Meneses (4 v.); *Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde (1 v.).

Nesse conjunto podemos ainda agrupar as narrativas biográficas, histórias de homens notáveis ou “de destinos coletivos”, como escreve Braudel:

*Victoire et conquêtes de Français* (28 v.); *Biographie de tous les ministres* (10 v.); *Vie des hommes illustres* (12 v.); *Histoire des Français*, de Sismondi (15 v.); *Louis XIV, sa cour et ses regents* (4 v.); *Biographies des contemporains* (20 v.).

<sup>30</sup> “Seja-me permitido escrever algumas linhas preliminares, não em favor da obra, pois como disse Madame de Staël, ‘um livro defende-se a si mesmo’ nem para expender dificuldades inseparáveis de um ensaio em gênero tão escabroso de literatura, mas para manifestar o pensamento capital que presidiu à confecção deste drama”. EIRÓ, Paulo. “Prefácio” [à peça *Sangue Limpo*], In: *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998, p.315.

<sup>31</sup> Apenas um título se apresenta nestes termos: *Cours d'histoire moderne*, de Guizot, 1 vol.

Três obras, dentre elas, duas das mais importantes interpretações sobre a Revolução Francesa que se fez no seu tempo: *Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*, de Guizot,<sup>32</sup> *Histoire de la Révolution française*, de A. Thiers,<sup>33</sup> e a obra de Lacretelle, le Jeune,<sup>34</sup> *Le précis historique de la Révolution Française* (1801-1806).

De François Guizot (1787-1874)<sup>35</sup> e Adolphe Thiers (1787-1877)<sup>36</sup> podemos dizer que suas biografias remontam aos acontecimentos mais importantes da história política francesa após a Revolução. Suas obras foram escritas no início dos anos de 1820, após a queda do ministério Decazes,<sup>37</sup> quando o Estado promove a cassação dos ativistas liberais. Como

<sup>32</sup> A primeira edição é de Paris, Ladvocat, octobre 1821, in-8°.

<sup>33</sup> A primeira edição é de Paris, Lecointe et Durey ; impr. de Cosson, 1823-1827, in-8° Apenas a partir do tomo III o título se torna *Histoire de la Révolution française*, par M. A. Thiers; uma nota do editor explica esta mudança ao anunciar a publicação separada da obra de F. Bodin relativa aos *Estados tomados em Paris durante o reinado e a prisão de Jean*. Segundo Léandre e Bourquelot, esta publicação não foi efetivada.

<sup>34</sup> Lacretelle se formou em Direito. Em Paris, trabalhou na redação do *Journal de Débats* (1790). Tornou-se secretário do duque de La Rochefoucauld, sendo exilado após o 18 Frutidor. Findo o 18 Brumário consagrou-se às letras, tornou-se membro da Academia, em 1811, professor de História na *Faculté es Lettres*, em Paris, vindo a acolher com entusiasmo a Restauração (1815). Foi igualmente entusiasta da monarquia de Julho, mas, nessa época, havia sido afastado da cena política pelos novos grupos no poder. *Larousse XXe.s.*, tome 4, p.287.

<sup>35</sup> Guizot foi professor da Sorbonne na época do Império, tornou-se secretário geral do governo provisório, em 1814. Em 1830, foi nomeado ministro do interior e, de 1832 a 1837, ocupou a pasta do Ministério da Educação. A partir dessa época, Guizot assume uma posição radicalmente conservadora, distanciando-se, dessa forma, de outros ideólogos da sua geração. Escreveu vasta obra, durante sua vida. Após 1848, ao se retirar da vida política, conclui seu mais ambicioso projeto, *L'Histoire de la Révolution en Angleterre*.

<sup>36</sup> Thiers nasceu em Marseille, formou-se em Aix-en-Provence e, em 1821, estabeleceu-se em Paris. Em 1830 fundou o *National*, porta-voz da monarquia parlamentar. Contribuiu para o sucesso de Louis Philippe e, durante o regime conhecido como monarquia de Julho, teve papel de destaque na cena política. Teve longa carreira política, que se estende até os acontecimentos que levaram à proclamação da República francesa, em 1871. cf. NOËL, Bernard. *Dictionnaire de la Commune*. Paris, Fernand Hazan, 1971, p.347.

<sup>37</sup> A queda de Descazes, em 1820, se deu após o assassinato do duque

escreve Hobsbawm,

foi desse modo que a escola histórica da Restauração, a de Guizot, Thiers, Mignet e outros veio à luz, embora, quando a ação tornou-se novamente factível, alguns tenham preferido permanecer em seus estudos. Aquilo em que esses jovens historiadores estavam engajados era a elaboração de uma teoria para realizar uma revolução burguesa. Em 1830, eles a puseram em prática.<sup>38</sup>

Quantos homens de letras não teriam buscado se espelhar na carreira destes juristas, que depois de Benjamin Constant foram os maiores ideólogos do liberalismo e da monarquia constitucional na França?

#### **Dize-me o que lê...**

Se é possível adentrar na alma de um homem pelos livros que compõem sua biblioteca, cremos ter traçado um perfil bastante complexo de José da Costa Carvalho. É claro que todas estas referências não se transferem de forma mecânica para o libelo criado em 1827! Mas elas certamente apontam para as matrizes ideológicas, ou culturais, para falar como Daniel Mornet,<sup>39</sup> das idéias expressas por José da Costa Carvalho em seu libelo. Vale ainda ressaltar que muitas edições inventariadas são posteriores à data do nascimento da imprensa em São Paulo. Além disso, a trajetória do inventário sobre o qual pautamos nossa análise abre espaço para controversas.

A lista de livros foi apresentada no inventário *post*

---

de Berry e a reação ultra-conservadora do governo. Uma das primeiras medidas foi o acirramento da censura sobre os jornais. Após este fato, os ativistas liberais recuaram para voltar à cena pública apenas em 1830, quando desferiram o golpe final sobre a monarquia dos Bourbons. cf. DUBY, Georges. *Histoire de la France*. Paris, Larousse, 1970, pp.378-379.

<sup>38</sup> HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. Dois séculos revêem a Revolução Francesa. Tradução de Maria Célia Paoli. 2ª. reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.43.

<sup>39</sup> MORNET, Daniel. *Les origines intellectuelles de la Révolution française (1715-1787)*. 4ª ed. Paris: Armand Colin, 1947.

*mortem* de Dona Genebra de Barros Leite, datado de 1838. Como assinalamos acima, ela contraíra segundas núpcias com nosso personagem. Segundo Jorge de Souza Araújo, o acervo pertencera ao brigadeiro Luís Antonio de Souza, de “tradicional família paulista, oriundo do patriarcado rural aristocrático”<sup>40</sup> e, acrescenta Maria Lucília Viveiros de Araújo, dono da maior fortuna que São Paulo conheceu nas primeiras décadas do século. Foi ele o primeiro marido de dona Genebra. Todavia, o brigadeiro faleceu em 1819. Pela data de algumas edições, como as pertencentes à “geração da revolução” e outras obras históricas difundidas após 1815, seria muito difícil que o comerciante e militar de carreira que foi seu primeiro marido tivesse tempo hábil – e, possivelmente, interesse – para adquiri-las. O volume de obras jurídicas indica que a biblioteca, de fato, pertenceu a um bacharel. Além disso, os títulos selecionados no tópico anterior evidenciam as matrizes ilustradas da livraria, traços mais próximos aos da geração de José da Costa Carvalho.

Da geração das Luzes, José da Costa Carvalho parece ter igualmente herdado sua confiança na palavra impressa como veículo de transformação do *status quo*. *O Farol Paulistano*, vale ressaltar, constitui publicação de caráter panfletário, o que explica o uso de recursos apelativos e de forte didatismo. Suas divisas podem bem ser sintetizadas em duas palavras fortes: liberdade e legalidade. A primeira referindo-se à liberdade de imprensa, que naqueles anos de 1827 vinha sendo ameaçada por d. Pedro I, consciente dos prejuízos que a abertura sem peias da palavra impressa significou para seu governo. Respondendo de antemão às possíveis críticas de seus opositores, justifica o redator a “grandeza” de seu gesto com o seguinte apelo:

Paulistas honrados! O Redactor desta Folha não foi movido pelo mesquinho lucro que d’ella pára ao diante possa tirar. Cheio de gratidão, atraído pelo desejo de ser util a todo Brazil, dirigindo a vossa opinião para a liberdade legal, e jurada;

---

<sup>40</sup> cf. ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador/Ilhéus, UFBA/UESC, 1999, p.116.



ávido de ser livre, e de vos ver livres e felizes, vos convida, vos roga, vos incita em nome da Pátria, em vosso próprio nome, e em nome de vossas esposas e filhinhos, que lhes deixeis a liberdade por herança, ainda que mais nada lhes deixeis. Com liberdade, se elles não forem perversos, serão felizes; e na escravidão do despotismo, ainda que lhes deixeis grandes riquezas, serão desgrassados, senão forem vis (...).<sup>41</sup>

Por seu turno, a legalidade se traduzia na defesa do regime monárquico constitucional. José da Costa Carvalho compunha a linha de frente dos formadores de opinião contrários aos acenos despóticos que o Imperador vinha demonstrando desde a outorga da Constituição, em 1824. Para tanto, o redator parece não se contentar em fazer de seu libelo apenas um veículo formador de opiniões, ele vai mais longe ao pretender a instrução das gentes de poucas letras, desprovidas de meios para compreender a natureza dos princípios por ele defendidos. O redator prometia, nesse sentido, despertar a atenção dos leitores com

*breves, claras e muito simples discursos acerca da Monarquia Constitucional, systema representativo, garantias endeveduais e todas as materias que convem saber aos povos que aspiram a ser livres, pois se muitos dos nossos leitores as sabem, outros a ignorão porque não forão educados nas letras, mas importam que saibam, e por este tem facil quanto pouco dispendiosos meios. Para preencher esta parte daremos extractos, talvez traducções de bons autores; e talvez correspondências de alguns cidadãos illustres d'esta Província.*<sup>42</sup>

Leitor de Machiavel, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Thiers, Guizot, enfim, de autores que compunham as grandes coleções de seu tempo, José da Costa Carvalho contou, em São Paulo, com o apoio de outros partidários das idéias liberais. Participaram da redação de *O Farol Paulistano* personalidades conhecidas na cidade, dentre eles Odorico Mendes, Antonio Mariano de Azevedo Marques – o fundador

---

<sup>41</sup> *FP*, (27/02/1827), p.1.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p.1. [grifos meus].

de *O Paulista* – Senador Vergueiro e Libero Badaró. A trajetória deste último é sintomática do poder que adquiriu a palavra impressa naqueles anos de crise política. Diz-se que o médico italiano se instalou na capital paulista a convite de José da Costa Carvalho, tornando-se, em pouco tempo, o principal colaborador do jornal na campanha pela liberdade de imprensa e em defesa da monarquia constitucional. Na verdade, o que distinguiu a figura do italiano na cidade foi sua verve política. Com seus discursos inflamados, conquistou a juventude acadêmica e mergulhou na atividade jornalística, tendo ele mesmo fundado sua própria folha, em 1829, sob o título de *O Observador Constitucional* (também impresso da Tipografia Paulistana). No calor dos acontecimentos políticos que marcaram o final do Primeiro Reinado, Libero Badaró foi vitimado com um tiro mortal, em novembro de 1830. A notícia do assassinato se espalhou por outras províncias e o italiano se tornou “mártir” da causa liberal, celebrizando a frase que proferiu no leito de morte: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade”.<sup>43</sup>

Diante desse quadro, podemos inferir que o jornalismo político praticado em São Paulo se iniciou timidamente e com certo atraso em relação a outras cidades, mas logrou alcançar de forma rápida e efetiva notável importância no espaço político local e nacional. Isso não apenas por ter criado a figura do mártir da liberdade, que certamente se difundiu de modo eficaz por outras partes do Brasil, mas por ter lançado as bases de um liberalismo moderado, que se fez triunfante durante o Período Regencial.

Em São Paulo, José da Costa Carvalho não apenas atuou como redator do jornal, mas também patrocinou a difusão das idéias expressas por seus partidários. Pouco mais tarde, ele viria a compor a primeira Regência Trina Permanente, ao lado de João Bráulio Muniz e Chico Regência.

A leitura de *O Farol Paulistano* traz à luz um redator preocupado em criar de forma mimética um ambiente político

---

<sup>43</sup> cf. SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa M, “A São Paulo de Libero Badaró”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 2003, abril-junho, pp.151-178.

semelhante ao da França liberal, que em 1830 festejou a vitória do Duque d'Orléans sobre Carlos X (o último dos Bourbons a governar a França). Afinal, não era apenas uma nova dinastia que subia ao trono, mas um novo sistema de governo, almejado por muitos brasileiros.<sup>44</sup> Não importa, nesse momento, discutir em que medida as idéias então propaladas com tanto entusiasmo se demonstravam, na prática, tão pouco adaptáveis ao nosso solo histórico.<sup>45</sup> Importa compreender por quais mecanismos a idéia de liberdade, que se tornara um valor universal, transformou-se em palavra de ordem no primeiro libelo impresso a circular pela cidade. Como o redator enuncia na epígrafe da folha, cumpre anotar, em bom francês:

La liberté est une enclume qui usera tous les marteaux.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> “Em São Paulo, louvava-se a França de Julho de 1830, sobretudo para criticar possíveis intentos absolutistas de Pedro I”. *idem, ibidem*, p.161.

<sup>45</sup> *cf.* PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961.

<sup>46</sup> *FP* (27/02/1827), p.1.

## Referências

- “Devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, 1906, pp.393-480.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado, 1980. [Verbete José da Costa Carvalho].
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador/Ilhéus, UFBA/UESC, 1999, p.116.
- AZEVEDO, Aloisio. *A revolução liberal de 1842*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.
- Bibliografia da Imprensa Régia*. Organizada por Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Edusp; Kosmos, 1993.
- BROCA, Brito, “O que liam os românticos”. *Revista do livro*, 1959, ano IV, p.167.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*. São Paulo, Martins, 1959. 2 tomos.
- CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Martins, 1953.
- DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo, Edunesp, 2006.
- DEAECTO, Marisa Midori. *No Império das Letras: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista*. Tese. São Paulo, FFLCH-USP, 2005.
- DUBY, Georges. *Histoire de la France*. Paris, Larousse, 1970, pp.378-379.
- EIRÓ, Paulo. “Prefácio” [à peça *Sangue Limpo*], In: *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998.
- História da tipografia no Brasil*. São Paulo, Masp; Secretaria da Cultura e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. Dois séculos revêem a Revolução Francesa. Tradução de Maria Célia Paoli. 2ª. reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.43.
- MARCILIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos (1750-1850). São Paulo, Pioneira; Edusp, 1973.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3a. edição fac-similada. São Paulo, Governo do Estado, 1978.
- NOËL, Bernard. *Dictionnaire de la Commune*. Paris, Fernand Hazan, 1971, p.347.
- O Farol Paulistano*, vários números.
- Os diários de Langsdorff*. Organizado por Danuzio Bernadino da Silva.

- Campinas, Associação Instituto de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999. 2v.
- PRADO JR., Caio. "Introdução". In: *O Tamoyo (1823)*. Coleção fac-similar de jornais antigos. Direção de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822*. Com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. fac-simile. São Paulo, Imesp, 1988.
- SAULNIER, V.-L. *La littérature du siècle philosophique*. Paris, PUF, 1958.
- SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa M, "A São Paulo de Libero Badaró". *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 2003, abril-junho, pp.151-178.
- STAËL, Mme. de. *Considérations sur la Révolution Française*. Oeuvre présentée et annotée par Jacques Godechot. Paris: Tallandier, 1983.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2a. ed. Brasília, INL; Conselho Federal de Cultura, 1977, tomo 1, p.30.
- VIANNA, Hélio. *D. Pedro jornalista*. São Paulo, Melhoramentos, 1967.
- VIVEIROS, Maria Lucília de Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Tese. São Paulo, FFLCH-USP, 2003.
- WERNET, Augustin, "O processo de Independência em São Paulo". In: *1822-Dimensões*. Organizado por Carlos Guilherme Mota. São Paulo, Perspectiva, 1986, pp.340-354.

**Os primórdios da imprensa paulista: José da  
Costa Carvalho, fundador de O Farol Paulistano  
(1827-1831)**

Marisa Midori Deaecto

**Resumo:** A difusão da imprensa no Brasil coincide com o próprio processo de formação do Estado-nacional. De 1808 a 1831, o jornal impresso logrou conquistar amplo espaço nos meios intelectuais e políticos da Corte e das províncias. Outrossim, ele ganhou as ruas, sendo importante veículo de formação da opinião pública. Discutimos, neste artigo, o aparecimento da imprensa na cidade de São Paulo, abordando aspectos ainda pouco conhecidos: a vida intelectual no burgo planaltino nas primeiras décadas do Oitocentos; a composição das elites locais, que se inserem na trama política nacional;

Marisa Midori Deaecto

e o perfil intelectual de José da Costa Carvalho, fundador de *O Farol Paulistano*, primeiro jornal impresso da cidade de São Paulo. A análise se pauta na leitura de exemplares do jornal citado e na apreciação do inventário da biblioteca de nosso personagem, o que nos permitiu acompanhar não apenas o discurso explicitado na folha semanal por ele editada, bem como suas matrizes intelectuais.

**Palavras-chave:** São Paulo, imprensa, intelectuais, elite política.

**Abstract:** The start up of press in Brazil happened at the same time of State formation. From 1808 to 1831, the printing press got a wide space in intellectual and political circles of Courts and of provinces. Besides, it spread at the streets, being a important vehicle of public opinion. We intend to discuss in this article some aspects of the creation of printing press in the São Paulo city, still considering little investigated points: the intellectual life in the city in the beginning of the 19<sup>th</sup> century; the local elite composition that is been inserted on national political game; and the intellectual profile from José da Costa Carvalho, creater of “O Farol Paulistano”, the first newspaper of São Paulo city. This study is based in our reading of some copies of the newspaper above, and the analyze of library inventory owned by José da Costa Carvalho. With this procedure, we could follow the ideological thinking of publisher and his intellectual matrix.

**Keywords:** São Paulo, newspaper, intellectuals, political groups.

Artigo recebido para publicação em 11/12/2007

Artigo aprovado para publicação em 27/12/2007